

ONE INTERNET SA.

Companhia Fechada de Capital Autorizado.

CNPJ 26.362.007/0001-47

ESTATUTO SOCIAL DA ONE INTERNET S.A

CNPJ – 26.362.007/0001-47

CAPÍTULO I

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A presente sociedade anônima denominar-se-á **ONE INTERNET S.A**; é uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe for aplicada.

Artigo 2º - A “Companhia” tem sede e foro na sede e domicílio na Avenida Senador Área Leão nº 2185, sala 1309, Bloco 02; Edifício Manhattan River Cent, Bairro: São Cristóvão CEP: 64051-090 Teresina – PI, podendo instalar e encerrar filiais, depósitos, escritórios, sucursais, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A “Companhia” tem por objeto social a holding de instituições não financeiras e a administração de empresas do mesmo grupo.

Parágrafo Único – A “Companhia” poderá, por proposta aprovada em Assembleia Geral, explorar outros ramos de negócios que tenham, ou não, afinidades com o objeto expresso no artigo 3º.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, a ser totalmente integralizado e subscrito, é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) divididos em 400.000 (quatrocentas mil) ações ordinárias e 400.000 (quatrocentas mil) ações preferências, totalmente subscritas a serem integralizadas em moeda corrente do país.

Artigo 6º - A Companhia fica autorizada, a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), seja em ações ordinárias ou ações preferenciais, independentemente de reforma estatutária, podendo as ações preferências serem subscritas em limites superiores ao capital social integralizado ou a ser integralizado.

Parágrafo 1º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá aumentar o capital social mediante emissão de ações ordinárias ou preferenciais, fixando o preço de emissão, as condições de colocação os prazos para integralização bem como outras matérias pertinentes ao aumento de capital.

Parágrafo 2º - A Companhia poderá emitir ações preferenciais até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas.

Parágrafo 3º - Os aumentos de capital serão realizados mediante subscrição particular de ações, observando-se o direito de preferência dos acionistas, ou por incorporação de reservas, observadas as disposições aplicáveis e/ou as deliberações em assembleia geral ou diretoria.

Artigo 7º - O capital social será representado por ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais gozarão de prioridade na distribuição de dividendos e receberão no máximo 3% (três por cento) de divisão nos lucros, proporcionalmente ao volume de ações detidas pelo acionista.

Parágrafo 3º - A distribuição de dividendos aos acionistas preferências serão apurados e distribuídos mensalmente conforme nos termos do Contrato de Compra e Venda de

Ações preferenciais.

Artigo 8º - Todas as ações da Companhia serão nominativas.

Artigo 9º - A Diretoria poderá, por proposta aprovada em Assembleia Geral, autorizar a emissão de debêntures.

Artigo 10º - Os Acionistas detentores de cotas preferências se obrigam a não vender, doar, legar, ceder, transferir ou por qualquer forma e a qualquer título alienar ou prometer fazê-lo, direta ou indiretamente, total ou parcialmente as suas ações, no entanto, em pretendendo alienar os detentores das ações ordinárias detém o direito de preferência.

Artigo 11º - Todas as ações emitidas pela companhia encontram-se gravadas com a Cláusula de Impenhorabilidade, impedindo que estas sejam objetos de penhora, tendo sido registrado junto a Junta Comercial competente.

Artigo 12º - O controlador da companhia poderá a qualquer momento adquirir a título oneroso parte ou a totalidade das ações preferenciais emitidas pela companhia, obrigando-se a pagar o valor nominal no ato de aquisição pelo acionista preferencial.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 13º - A Assembleia Geral, como órgão soberano, tem atribuições que lhes são conferidas por lei e pelo presente Estatuto e reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, quando convocada, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto.

Artigo 14º - A Assembleia Geral será instalada na forma da lei e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário.

Artigo 15º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á 01 (uma) vez por ano, dentro dos

04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal, quando for o caso.

Artigo 16º - As Assembleias Gerais Extraordinárias reunir-se-ão nos casos e segundo a forma prevista em lei e neste Estatuto.

Artigo 17º - As deliberações nas Assembleias Gerais de acionistas serão tomadas mediante votos favoráveis que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto, salvo se maior quórum for exigido por lei, por este Estatuto ou em acordo de Acionista arquivado na sede social da companhia.

Artigo 18º - A Assembleia Geral tem poderes exclusivos para suspender os direitos de qualquer acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta por lei ou por este Estatuto ou por acordo de acionista, caso em que especificará o direito suspenso. A suspensão durará até que a obrigação seja adimplida.

Artigo 19º - As atas de Assembleias Gerais serão regularmente arquivadas no Registro do Comércio e publicadas na forma da Lei.

Artigo 20º - Compete privativamente à Assembleia Geral.

- I** - Reformar o Estatuto Social;
- II** - Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 24 deste mesmo Estatuto;
- III** - Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- IV** - Autorizar a emissão de debêntures;
- V** - Suspender o exercício dos direitos do acionista;
- VI** - Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- VII** - Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
- VIII** - Autorizar os administradores a confessar falência ou pedido de Recuperação Judicial.

Parágrafo Único - Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, convocando-se imediatamente a assembleia-geral, para manifestar-se sobre a matéria.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Sub-Seção I

Disposições Gerais

Artigo 21º - A Companhia será administrada pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração quando constituído e ocorrerá de forma permanente sendo-lhe assegurada as condições necessárias para que conduza as atividades em conformidade com os estatutos aprovados, procurando sempre realizar práticas idôneas, agindo conforme a lei e as normas regulatórias aplicáveis, os padrões de ética e boa prática comercial, e, mormente, os interesses, objetivos, a imagem e a boa reputação da companhia.

Parágrafo 1º - A investidura dos administradores da Companhia nos seus cargos far-se-á por Termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 3º - A Assembleia fixará a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria, observado o disposto neste Estatuto.

Artigo 22º - Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Único - Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião.

Artigo 23º - Serão conferidos aos órgãos de administração todos os direitos políticos, podendo exercer o direito a voto em assembleias e reuniões de acionistas, participando efetivamente de todos os atos da companhia.

Artigo 24º - Os acionistas preferências nos termos do Artigo 653 do Código Civil, confere aos órgãos de administração poderes de mandato, para que em seu nome pratique todos os atos da companhia, administrado assim os seus interesses.

Sub-Seção II

Conselho de Administração

Artigo 25º - O Conselho de Administração quando constituído tem por finalidade determinar e supervisionar as políticas e diretrizes da **ONE INTERNET S.A;**

Artigo 26º - O Conselho de Administração será composto por membros eleitos em Assembleia Geral e seu funcionamento será composto por 03 (três) membros, sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração, com mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A investidura no cargo de Conselheiro far-se-á mediante assinatura no “Termo de Posse” lavrado no Livro de atas de Reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar quais os membros do Conselho de Administração, quais os nomes dos conselheiros e respectivos suplentes, sendo estes destituídos a qualquer tempo, pela Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 27º - O Presidente e demais membros do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido pela maioria dos demais membros;

Parágrafo 2º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração “ser o orador público da Companhia”.

Artigo 28º - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com

antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio de carta, telegrama, fax, email ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos votos do Conselho.

Artigo 29º - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou no presente Estatuto:

- I** – Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II** – Eleger e destituir os Diretores da Companhia, e fixar-lhes atribuições;
- III** – Estabelecer previamente através de ata do conselho de administração a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer operações cujo valor individual exceda o valor de R\$ 500.000,00;
- IV** – Convocar na forma deste Estatuto, Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- V** – Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VI** – Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- VII** – Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- VIII** – Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria manifestar-se sobre eles e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- IX** – Receber e examinar os balancetes contábeis e Balanços da Companhia;
- X** – Aprovar os orçamentos anuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- XI** – Manifestar previamente qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- XII** – Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opção de venda, compra referenciada em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- XIII** – Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;
- XIV** – Outorgar opção de compra de ações, a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas

aprovados em Assembleia Geral;

XV Aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido;

XVI – Autorizar a participação da Companhia como acionista ou quotista em outras sociedades, ou a associação da Companhia com outras sociedades para a formação de joint ventures;

XVII – Aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior ao valor da alçada estabelecido;

XVIII – Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da diretoria definido pelo Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia;

XIX – Autorizar a cessão do uso, alienar, transferir ou licenciar qualquer tipo de propriedade intelectual ou industrial que pertença à Companhia;

XX – Deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas da Companhia; e

XXI – Aprovar a abertura ou encerramento de escritórios, filiais, sucursais e representações;

Sub-Seção III

Da Diretoria

Artigo 30º - A Diretoria será composta de no mínimo 03 (três) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, eleitos pela Diretoria, podendo os cargos serem acumulados.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução de forma automática, desde que não oposta objeção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes de findar o mandato.

Parágrafo 2º - A investidura no cargo de Diretor far-se-á mediante assinatura do “Termo de Posse” lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria.

Parágrafo 3º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 4º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 5º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a trinta dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 6º - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer dois membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões da Diretoria, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no Livro competente atas com as correspondentes deliberações.

Parágrafo 7º - Os Diretores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Artigo 31º - Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II - Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

III - Submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;

IV - Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico- financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;

V - Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar útil ou necessário;

VI - Supervisionar as áreas econômicas e administrativas de forma a assegurar o desenvolvimento das atividades;

VII - Representar a companhia nas relações com órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

VIII - Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25;

IX - Submeter ao Conselho de Administração anualmente o quadro de pessoal determinando suas atribuições e respectivos proventos.

Artigo 32º - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

II - Superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

III - Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;

IV - Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e

V - Administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Artigo 33º - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I - Propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

II - Administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e

III - Dirigir a área contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Artigo 34º - A Companhia será representada da seguinte forma:

a) Pelo Diretor Presidente, isoladamente;

b) Por qualquer diretor em conjunto com um procurador indicado pelo Diretor Presidente; ou pelo Presidente do Conselho de Administração;

c) Por 2 (dois) procuradores em conjunto, indicados pelo Diretor Presidente, ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia na forma do item (a) acima, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, ressalvado que as procurações para fins de representação judicial ou em processos administrativos poderão ser outorgadas por prazo de validade indeterminado.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Artigo 35º - O Conselho Fiscal da Companhia poderá ser instalado a qualquer momento em Assembleia Geral, com as atribuições estabelecidas em lei, será composto por no máximo 03 (três) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - a cada 10% (dez por cento) das ações da Companhia caberá a indicação de 1 membro do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 3º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegerem, observado o mínimo estabelecido pela lei.

Parágrafo 4º - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições fixadas pelas leis em vigor aplicáveis às sociedades por ações.

CAPÍTULO IV DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 36º - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as demonstrações financeiras requeridas em Lei.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao saldo de lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na legislação aplicável.

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a formação de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- b) Pagamento de dividendo obrigatório, na forma do artigo 32º deste Estatuto;

c) Constituição de reserva de lucros ou distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 32º deste Estatuto.

Parágrafo 4º - O prejuízo do exercício será absorvido na forma da Lei (Parágrafo Único do Art. 189 da Lei 6.404/76).

Artigo 37º - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

I – O decréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reserva legal e de reservas para contingências; e

II – O acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucro a realizar (artigo 197 da Lei nº. 6.404/76).

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores da Companhia ou de suas sociedades controladas uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei. O Conselho de Administração poderá:

(a) Deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucros apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral;

(b) Declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V DA ARBITRAGEM

Artigo 38º - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e suas respectivas atualizações (Leis 11.638/07 e 11.941/09), neste Estatuto Social.

Artigo 39º - Qualquer controvérsia, litígio ou conflito (uma "Controvérsia") decorrente de/ou relacionada a este instrumento ou sua validade, sua interpretação, seu cumprimento ou sua execução, bem como relações entre os sócios ou assuntos relativos à sociedade, será resolvida em instância única e irrecorrível por arbitragem.

Artigo 40º - A arbitragem será realizada de acordo com o Regulamento, Regimento e demais procedimentos da **Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, com endereço na Avenida Paulista, nº. 1313, 12º Andar, São Paulo/SP, Cep. 01311-923** Instituição arbitral designada para administrar a arbitragem, por, no mínimo, 3 (três) árbitros imparciais nomeados de conformidade com o seu Regulamento, que desde já integra o presente instrumento. A sentença arbitral a ser proferida poderá ser objeto de execução judicial no foro de escolha da parte vencedora na arbitragem.

Artigo 41º - Do início da Arbitragem. A parte que desejar a solução de suas controvérsias pelo processo arbitral requererá à Secretaria Executiva da Câmara de Arbitragem, expondo seu ponto de vista sobre os fatos e direito pretendido. A Secretaria Executiva realizará a notificação da outra parte para se submeter à Câmara de Arbitragem.

Artigo 42º - A lei aplicável será a brasileira, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português.

CAPÍTULO VI DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 43º - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei ou por deliberação em Assembleia Geral, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

Artigo 44º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos na forma de Lei em Assembleia Geral.

Teresina/PI, 18 de dezembro 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO OLIVEIRA LIMA

Presidente da Mesa

ASSINADO DIGITALMENTE

FRANCISCO RIBEIRO DE LIMA

Secretário da Mesa

ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO OLIVEIRA LIMA

Diretor Presidente

Diretor Financeiro

ASSINADO DIGITALMENTE

FRANCISCO RIBEIRO DE LIMA

Diretor Vice Presidente

Diretor Administrativo

ASSINADO DIGITALMENTE

OIG CAPITAL LTDA

CNPJ: 36.441.162/0001-02

Representada por: **FERNANDO OLIVEIRA LIMA**

CPF: 037.625.983-39

Acionista

ASSINADO DIGITALMENTE

WATSON PACHECO DA SILVA

OAB/DF nº. 30517

Advogado



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ONE INTERNET S.A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00500908109	
03762598339	
79108342334	